



Associação Conquistas da Revolução

Nº 27 | AGOSTO 2020

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com



VASCO,

SÓ A VERDADE É REVOLUCIONÁRIA!

- 04 | *Não têm de ser os trabalhadores a pagar a Pandemia.*
- 06 | *O desnorte que é o norte do Ministério da Cultura.*
- 08 | *Reflexões sociopolíticas sobre a Covid 19.*
- 10 | *A Paz que pretendemos e merecemos.*
- 12 | *Centenário do Nascimento do General Vasco Gonçalves.*

EDITORIAL

Florestas humanas

Falemos dos incêndios cobardes e rapaces espalhados na vida dos trabalhadores e das famílias.

Um amigo de antes de Abril e depois, generoso e activo, sempre apostado no futuro, na resistência e no trabalho digno e entusiasmante, reformou-se há pouco tempo. Quando merecia alguma paz, descanso e acção repartida em liberdade pelas áreas da sua vida de combate sempre preferidas, gente da família mais próxima foi atingida por esse vírus que rende milhões, nas grandes empresas, e ficou em casa, em lay-off, com redução de salários e perigos de não evolução ou de permanência na empresa há poucos anos vendida pelo governo PSD/CDS de má memória.

Agora, esse grande lutador reformado, pela primeira vez, está abatido e preocupado. Tem filhos e tem netos, e a sua tarefa principal, em casa, é dar o apoio que pode, sobretudo na alimentação diária e nas necessidades que os afligem. “Sim”, disse ao telefone, “sinto-me pela primeira vez abatido a sério por tudo

quanto se passa na família e na vida dos que são a maioria”. Trabalhadores, gente desempregada ou suspensa e roubada, populações atingidas pela dureza viral e criminosa de uma comunicação social ao serviço dos incêndios de pessoas que nem percebem bem o que ali está a roer e a matar áreas essenciais da nossa vida.

Temos um governo atado aos compromissos com o grande capital, de joelhos face às imposições dos que serão “frugais” mas não para eles, que comem todos os bolos de juro e mais juro que sairão da educação, da saúde, de sectores necessários e populares já muito frágeis e abandonados. Florestas de enganos e medo, de indignidade e destruição de anseios e direitos, dos restos de valores a arderem nessa insidiosa realidade onde ainda aparecem defensores de “Trumps”, “Bolsonaros” e outros “líderes” e “capatazes” perversos e a matarem milhões de pessoas que sempre acharam a mais, que deviam desaparecer, deixar de comer e de receber reformas, de respirar e de combater pela vida e pelos sonhos dos mais injustiçados e dos seus familiares e amigos.

Sim, resistir e lutar, sabemos bem que é o que temos e erguemos todos os dias, até para trazer aqueles que entram mais em depressão em anos que deviam e podiam ser de felicidade e paz e se vêem envolvidos no desespero e na agonia de vida que grandes capitalistas arrogantes impõem, com governantes a ajoelharem-se perante os patrões sempre “frugais” e a encherem-se até ao fim da dignidade e dos direitos das populações e dos trabalhadores roubados e em desespero.

Combater, claro. E respeitar e estar ao lado dos que sofrem no íntimo e na vida que se impõe limpar dos vírus incendiários e perversos, de governos banais e nem sequer capazes, perante os mil e um incêndios que não querem ver mas servem de joelhos, mesmo quando aparecem arrogantes, a imitar os patrões que os levam a serem traidores do futuro de cada país e de cada povo.

Não passam porque andam para trás, para o passado brutal e fascista de que serão cúmplices e também vítimas, mas isso não sabem até morrerem na imoralidade e na covardia.

Modesto Navarro
Vice-Presidente da Direcção da ACR



PAGUE A SUA QUOTA!

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA
NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6

ou DEPÓSITO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
2178029245630

José Baptista Alves
Presidente da Direcção da ACR



Caros Associados e amigos

Contrariando as previsões mais optimistas, a pandemia que nos espartilha a vida há meses a esta parte, continua activa e a fazer o seu percurso nefasto sem que se vislumbre ainda eficácia credível para a sua neutralização. Contrariando as previsões mais pessimistas, a luta, a força e a tenacidade dos trabalhadores de todas as áreas de actividade mobilizados para o combate a mais este perigoso inimigo da humanidade - com particular realce para a 1ª linha da saúde pública e actividades conexas e/ou subsidiárias (abastecimentos, transportes, ambiente e segurança) - mostraram à sociedade a importância e a força da herança de Abril, mau grado as delapidações sofridas e os retrocessos provocados por anos de governação subjugada a interesses outros que não os de Portugal e das suas gentes. Mas atenção à realidade deste nosso Mundo que teima em se manter liderado por Trumps, Bolsonaro e quejandos apaniguados, para quem nada mais existe de importante no planeta para além dos recheados e sempre famintos bolsos dos seus amos. Dominam, como sempre têm dominado, suportados no medo. E, hoje, é ainda com o medo que

induzem arditosamente, agitando cenários catastróficos, que se propõem perpetuar o domínio do Universo.

O reforço acelerado dos arsenais militares, a banalização dos armamentos NBQ, a militarização do espaço, a denúncia unilateral pelos EUA de vários Tratados internacionais etc., são tremendos indicadores da complexa situação para onde nos querem levar.

É contra tudo isto que lutámos e continuamos a lutar na nossa ACR, afirmando e defendendo “as portas que Abril abriu”. No próximo ano 2021, comemoraremos o Centenário do Nascimento do General Vasco Gonçalves, referência primeira da nossa ACR. Com as dificuldades próprias consequentes da situação de pandemia, muito em breve faremos a apresentação pública do respectivo Programa, não deixando de assinalar nestes dias que correm, os 45 anos do Plano de Trabalho e Cultura e Serviço Cívico Estudantil. Evocar Vasco Gonçalves, “O Companheiro Vasco”, é falar das Conquistas da Revolução, é falar do futuro com que sonhámos, hoje, mais que nunca, “necessidade imperiosa”.

Não têm de ser os trabalhadores a pagar a Pandemia

O impacto do surto epidémico nos locais de trabalho já levou a que o desemprego registado aumentasse 30% face ao início de Março (+88 600 em final de Junho) trabalhadores no desemprego, muito fruto dos vínculos laborais precários. Ou seja, podemos afirmar que o verdadeiro surto epidemiológico nas relações de trabalho é a política de direita que tem vindo a ser efectuada ao longo dos anos, fruto das várias alterações legislativas, e que abriu portas às mais diversas relações de trabalho precárias.

Os trabalhadores que foram para casa em regime de lay-off levaram um corte de 33% no salário. Foram cerca de 1 milhão e 359 mil trabalhadores, com as empresas a pagarem 30% de 66% do seu salário, os restantes 70% paga a Segurança Social, tendo sido as empresas beneficiadas ainda com a isenção da taxa social única.

Os trabalhadores que entretanto regressaram às empresas vêem em muitas ocasiões falhas enormes na segurança e saúde, chegando ao cúmulo de em algumas multinacionais se cortar o acesso ao bebedouro para se prevenir as questões da transmissão do Covid-19, sendo inadmissível terem de trazer a água de casa, pois

a empresa não a fornece, como deveria de ser a sua obrigação.

Acresce ainda que aqueles trabalhadores que são da chamada linha de frente e a quem muitos andaram a bater palmas, deveriam ver agora a sua carreira revista e o seu salário aumentado em conjunto com os restantes, algo que o Governo não está a prever efectuar.

De realçar a resposta dada pelos serviços públicos que nos terá de levar a pensar que se existissem os meios necessários para termos serviços públicos com qualidade, mais trabalhadores, mais meios, mais recursos, a resposta teria sido de excelência; quero com isto referir a necessidade do reforço urgente dos serviços públicos de modo a melhorar a resposta do Serviço Nacional de Saúde, da Educação e da Segurança Social, confirmando o que sempre afirmámos: é preciso reforçar e dotar de mais meios essas belas conquistas que nos deu a revolução de Abril.

A política efectuada pelo Governo e dirigida para os locais de trabalho, mais uma vez demonstrou a sua marca de classe e fez opções muito claras e evidentes; ou seja, na escolha, o Governo opta por proteger o rendimento das grandes empresas



e do grande capital, em detrimento da proteção do emprego, e os trabalhadores são penalizados nos seus salários.

Na grande maioria dos lay-off simplificados foi isso que aconteceu. Como é que se justifica que multinacionais e empresas nacionais com milhões de euros de lucro como por exemplo a grande maioria das empresas do complexo da Autoeuropa, ou a Navigator, ou a Visteon, que apresentam lucros aos milhões, possam elas ser beneficiadas com o lay-off simplificado?

Como pode ser possível que empresas privadas, que prestam serviço público de transportes como por exemplo os Transportes Sul do Tejo, onde a empresa se dá ao luxo de receber as indemnizações compensatórias pagas por todos nós, não presta o serviço para o qual está contratada, tenha trabalhadores em regime de lay-off, com os trabalhadores que não estão

no regime de lay-off a prestarem trabalho extraordinário?

No actual contexto e no que diz respeito à acção da CGTP-IN e dos seus sindicatos de classe, a resposta que terão de dar passa por organizar os trabalhadores nos seus locais de trabalho de forma a exigirem as condições de segurança e saúde no trabalho, intervir no sentido de potenciar a luta por aumentos de salários, por dignificação das carreiras profissionais das categorias e das profissões, intervir no sentido de defender uma grande conquista de Abril, a Constituição da República Portuguesa, no que diz respeito à segurança no trabalho: “que para um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo efectivo”.

Continuar a exigir o fim das normas gravosas da legislação laboral, quer para o sector público quer para o sector privado, bem como o controlo pelo estado dos sectores estratégicos da economia e serviços públicos de qualidade, algo que só terá o seu efeito por via da ruptura com a política de direita e por uma efectiva política de esquerda e soberana.

Luís Leitão
Coordenador da União dos Sindicatos
de Setúbal da CGTP-IN

O desnorte que é o norte do Ministério da Cultura

Crises tão graves e rudes como a que assola o mundo actualmente colocam questões a que todos, órgãos de soberania e cidadãos, têm que responder para a conter no imediato e enfrentar os rastos de devastação provocados. A acção do Ministério da Cultura não se furta a essa grelha. Num primeiro momento a ministra reconheceu o óbvio, que os artistas e os trabalhadores das artes foram os primeiros a ser obrigados a parar as suas actividades. As respostas imediatas às evidências espelham a ausência de qualquer visão estratégica para a cultura, o que já vinha de trás, em linha com a demissão do Estado em favor do mercado. As medidas mais imediatas e visíveis foram dirigidas ao sector mais frágil, o das artes do espectáculo. Uma directiva obrigou as instituições sob sua tutela a cumprirem compromissos assumidos. Nada de inesperado por ser de todo inconcebível que fosse o Estado a não os assumir na situação de crise instalada. Legalizou que as autarquias, as instituições públicas e municipais ultrapassassem o

consignado no Código da Contratação Pública para pagar actividades não realizadas, ao mesmo tempo que mantinha o financiamento acordado às companhias apoiadas num concurso que tinha sido muito contestado, propondo o reagendamento das actividades suspensas ou o seu cancelamento desde que dada a garantia da remuneração de todos os intervenientes. A questão do reagendamento abre uma porta perigosa porque não obriga textualmente as instituições públicas e privadas que beneficiam de financiamentos públicos à obrigação de manter o acordado sem margem para qualquer negociação da redução de valor. Pior, prevê o cancelamento e quando o reagendamento não for possível pode-se transferir a totalidade ou parte desse valor para uma nova data sem data. A seguir, o Ministério da Cultura abriu uma linha de apoio no valor de um milhão de euros, gerida pela DGArtes, que não era linha de apoio nenhum mas um concurso para os agentes culturais não abrangidos por outros apoios. Contestada



pela CENA-STE, a ministra tem uma saída inacreditável que é a prova evidente da falência do pragmatismo que alguns colavam esforçadamente ao seu perfil para lhe concederem algum crédito: propõe realizar um festival para animar a malta obrigada ao confinamento em que ela se assumia como programadora contratando quem lhe desse na real gana, com um investimento de um milhão de euros – as altissonantes objecções obrigaram-na a desistir – que seria transmitido pela RTP / RTP Play, órgãos que tutela com um orçamento que é superior ao orçamento para a Cultura. A fechar a trágica comédia que o ministério da Cultura protagoniza, anuncia um apoio de 400 mil euros para os editores e livreiros, uma migalha de pouco mais de 2,5% dos 15 milhões com que vai contemplar a comunicação social que todos os dias nos bombardeia com notícias e comentários ao serviço do pensamento dominante. Em relação às instituições que tutela o silêncio continua a ser espesso, com excepção para o Programa Revive

que soma e segue alheio a confinamentos. É toda uma política, já com dezenas de anos e diferentes protagonistas, que tendencialmente privatiza, subfinancia e desresponsabiliza o Estado em relação à cultura, que lhe retira autonomia mercantilizando os objectos culturais, que a considera uma área da economia submetida às regras de mercado que não conhece outra hierarquia que não seja a do que é vendável e rentável. Algo está podre no reino da Ajuda que só não apodrece mais pelo notável reforço da mobilização dos trabalhadores da cultura que têm obrigado à revisão de muitas dessas políticas.

Manuel Augusto Araújo



Reflexões sociopolíticas sobre a Covid 19

O planeta Terra possui um número imenso de seres vivos, alguns ainda desconhecidos, que sofrem os constrangimentos e ameaças da sobre exploração das riquezas naturais e materiais finitas. No que se refere a bactérias, vírus e outros agentes potenciadores de, em contacto com o ser humano, provocarem doença ou dano a história é longa e muitas vezes trágica.

Com o conhecimento científico e de experiência feito disponível em cada época assim o ser humano organizou a sua defesa. A procura do diagnóstico ou das causas de tais enfermidades não teve durante muito tempo os meios de investigação ou saber que permitissem estabelecer racionalmente a história natural das doenças, nomeadamente infecciosas. Perante o aparecimento e evolução brutal dos sintomas e mesmo da morte cedo foram adoptados comportamentos de segregação e isolamento mais ou menos eficazes.

As doenças infecciosas como a Lepra, a Tuberculose, a Sífilis, a Varíola, entre outras, conviveram desde sempre com a espécie humana e provocaram-lhe enorme sofrimento, dano e morte e, por vezes, largas razias.

Só o conhecimento científico das bactérias,

agentes patogénicos das doenças nos últimos 200 anos, permitiu intervir muito para além das medidas de isolamento ou de quarentena que eram norma nas grandes epidemias. Conjugando as medidas de prevenção primária (incluindo vacinas) e secundária, individual e colectiva com o tratamento efectivo é possível hoje dizer que a generalidade destas doenças está controlada, ainda que somente a Varíola esteja erradicada. Nestes casos o hospedeiro e portador do agente patogénico é a espécie humana que se infecta a si própria. Na grande maioria das doenças infecciosas da actualidade como por exemplo a malária, a febre-amarela e o dengue, a infecção humana precisa de um vector, isto é de um intermediário como o mosquito que transmite o agente patogénico. Aqui a estratégia de combate amplia-se e para além das medidas de segregação ou isolamento é necessário intervir no ambiente controlando também os vectores e as condições da sua proliferação.

Nos casos mais recentes de alguns vírus da gripe ou corona vírus o processo de infecção do Homem é mais complexo mas mantém-se o princípio geral: o agente da doença coabita com um dado hospedeiro,

ave, mamífero ou até réptil e pode fazê-lo por muitos anos sem provocar dano ou ultrapassar a barreira da espécie. O planeta tem reserva desconhecida de bactérias e vírus em zonas selvagens ainda não exploradas ou pouco habitadas.

Neste novo Corona vírus, provavelmente já velho no planeta, não existe nenhuma novidade na metodologia já conhecida para atingir o ser humano. O seu hospedeiro será eventualmente um animal selvagem, talvez um morcego, que transmitiu o agente patogénico a um animal de nível superior a quem não provocou necessariamente a doença. O estágio seguinte, dentro da sua capacidade de adaptação, o vírus transmite-se aos seres humanos de proximidade provocando-lhe a doença classificada como uma zoonose. O ciclo fecha-se com a mutação necessária para a infecção se transmitir entre seres humanos.

Historicamente nada de especialmente novo nesta pandemia. Voltamos a ensaiar a estratégia clássica de resposta. Identificar a doença e o agente e à falta de tratamento eficaz lançamos mão a armas centenárias: 1º identificar os doentes; 2º promover o isolamento profiláctico dos



doentes e seus contactos; 3º tomar medidas de afastamento das pessoas em geral com o seu confinamento em quarentena (quarenta dias no tempos antigos) que atendendo à história natural conhecida da actual doença foi reduzida para 14 dias. À partida a novidade desta pandemia é a sua mortalidade elevada por doença respiratória exigindo a intervenção de cuidados diferenciados e intensivos hospitalares com tecnologia de ponta de respiração assistida.

A consciência pública de perigo de vida e o medo gerado por estas consequências determinou um dos maiores enceramentos da economia e da sociedade em geral.

Confirmou-se como uma grande pandemia letal, exigente em termos de cuidados de saúde pública e cuidados clínicos e hospitalares.

Confirmou-se um desastre da economia com encerramento generalizado das actividades económicas e em particular das ligadas à mobilidade.

Confirmou-se o desenvolvimento de um clima político com tendência à redução ou limitação dos direitos políticos e laborais, com perda de autonomia, de privacidade e de salários.

Confirmou-se um clima social de medo e manipulação informativa com tendência para o isolamento e aceitação resignada de perda de direitos e vantagens adquiridas.

A resposta do SNS foi relevante com bons resultados clínicos, mostrando claramente a sua superioridade organizativa e técnica em relação aos serviços privados que praticamente encerraram perante a epidemia.

No entanto, convém frisar que as insuficiências do SNS agravadas pelas políticas de restrições e fraco investimento em recursos humanos e materiais dos governos dos últimos anos podia ter comprometido a boa resposta se não fosse o empenho extraordinário dos profissionais de saúde, desde assistentes operacionais, técnicos, enfermeiros e médicos.

O futuro passa pelo reforço soberano do SNS.

Carlos Silva Santos
Médico

A Paz que pretendemos e merecemos



Para muitos dos leitores que assistam aos nossos noticiários televisivos ou tentem compreender pela leitura da nossa imprensa, o que se vai passando nos últimos meses nos EUA, deve ser difícil de destrinçar o programa proposto pelo partido Republicano, conhecido abreviadamente por GOP - good old party – actualmente no poder com Donald Trump sentado na Sala Oval do programa do Partido Democrata. Realmente quando assistimos há poucos meses ao discurso do candidato Bernie Sanders, com preocupações de carácter social pacifista e agora ouvimos Joe Biden que segundo alguns comentadores, mesmo que ganhe as eleições, será apenas

uma figura para esquecer pois deverá ser substituído rapidamente pela/o vice-presidente, dado o seu estado de saúde mental, penso que nada de novo se avizinha na perspectiva de pacificação e redução das tensões militares entre os grandes blocos. No meu ponto de vista como Europeu e sobretudo como defensor da busca tão rápida quanto possível de uma situação de paz e equilíbrio político-económico no mundo, creio que o desanuviamento da tensão militar está a passos largos caminhando no sentido oposto, e com ambos os partidos norte-americanos a caminharem juntos e em unísono no mesmo sentido belicista e afirmando ao mundo que se o bloco oriental não ceder às suas exigências de cedência do controlo territorial, marítimo e aéreo nas suas próprias zonas costeiras e espaço marítimo, os Estados Unidos assim os obrigarão como Polícia Marítima e Aérea do Globo terrestre.

Claro que desde há muito vimos a instalação de fortes dispositivos militares por toda a “nossa” Europa em volta do território Russo, alguns até a poucas dezenas de quilómetros da fronteira como é patente na Polónia.

Gostaria de saber qual a resposta do direito de reciprocidade caso a China ou a Rússia alugassem um espaço para instalação militar no Canadá ou no México.

Claro que hoje cada vez menos as instalações fixas e bem referenciadas se tornam importantes numa confrontação militar – que desejo ardentemente nunca presenciar – pois a capacidade instalada nos modernos submarinos nucleares cujo paradeiro e localização parece cada vez mais improvável saber - como foi o caso do tal submarino desconhecido que durante meses andou pelo mar Báltico – supera em muito qualquer arsenal nuclear dos anos 80.

Penso que seria mais ajuizado e profícuo que neste momento de pandemia os governantes europeus, pelo menos aqueles que não estão ainda à volta da grande manjedoura das notas verdes - cuja rotativa não para enquanto houver papel e tinta verde – e que alimentará e atrairá cada vez mais bajuladores, se dispusessem a negar apoio aos belicistas e chamar à razão todos aqueles que ameaçam a paz e a segurança de todos nós e a não seguir o caminho que um qualquer despenteado mental inglês tomou, enviando mais forças navais e aéreas para o Mar da China, aumentando e engrossando as provocações de parte a parte.

Manuel Marques Pinto
Vogal da Direcção da ACR

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO



do General Vasco Gonçalves

Em 03 de Maio de 2021 completam-se 100 anos sobre o nascimento do General Vasco Gonçalves. A Direcção da ACR está a elaborar um Programa de Comemorações, que conta com as seguintes linhas programáticas:

1. **Sessão comemorativa do centenário, em Lisboa, na Sede da ACR,** no dia 3 de Maio de 2021;
2. **Sessão comemorativa no Porto,** no dia 10 de Abril de 2021;
3. **Sessão pública comemorativa do centenário, em Lisboa,** no dia 8 de Maio de 2021;
4. **Edição de uma medalha comemorativa,** editada pelo Núcleo ACR do Porto;
5. **Edição de brochura “Quem foi Vasco Gonçalves”** e reedição do discurso de Vasco Gonçalves no Porto aquando do 3º Aniversário do 25 de Abril, pelo Núcleo ACR do Porto;
6. **Colocação de placa identificadora na casa onde nasceu Vasco Gonçalves;**
7. Edição de **Fotobiografia**, elaborada em colaboração com a família e amigos do General;
8. **Colóquios sobre a vida e obra de Vasco Gonçalves,** no Porto e em Lisboa, durante o mês de Maio.



Evocar Vasco Gonçalves, “O Companheiro Vasco”, é falar das Conquistas da Revolução, é falar do futuro com que sonhámos, hoje, mais que nunca, “necessidade imperiosa”.

